

The background is a watercolor illustration of a lush green forest. In the foreground on the left, there is a profile of a person with a large, dark, textured headdress. In the lower right, there is a small, round hut with a thatched roof. The overall style is soft and artistic.

ORO'G ÉWAPKETPOT YDEGA'G ITOBOTPÉ

PLANO DE PROTEÇÃO TERRITORIAL DA TERRA INDÍGENA ARARA

UGORO'GMO
ASSOCIAÇÃO DO
POVO INDÍGENA
-> ARARA <-



**ORO'G
ÉWAPKETPOT
YDEGA'G
ITOBOTPÉ**

**PLANO DE
PROTEÇÃO
TERRITORIAL DA
TERRA INDÍGENA
ARARA**

UGORO'GMO
ASSOCIAÇÃO DO
POVO INDÍGENA
·-> ARARA <·

Ficha Técnica

Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Arara

Realização

Associação do Povo Indígena Arara - UGORO'GMO

Apoio técnico

Rede Xingu +; Unyleya (prestadora de serviços da NESAs no PBA-CI)

Associação do Povo Indígena Arara - UGOROGMO

Aldeia Laranjal, Terra Indígena Arara
Margem Esquerda do Rio Iriri

Publicação do Plano

Associação do Povo Indígena Arara - UGOROGMO
Rede Xingu +, Instituto Socioambiental

Editores

Leonardo de Moura e Thaise Rodrigues

Apoio

Luísa Molina

Fotografias

Leonardo de Moura (pagina 23)

Mapas

Thaise Rodrigues e Aluísio Lima

Ilustrações

Wanessa Ribeiro

Projeto Gráfico e diagramação

Dedê Paiva

UGORO'GMO
ASSOCIAÇÃO DO
POVO INDÍGENA
·-> ARARA <-·



Altamira, março de 2025.

SUMÁRIO

1. Introdução 8

**2. Frentes de invasão e problemas
enfrentados 12**

**3. Estratégias de Proteção
Territorial 23**

a. Informação 24

i. Mapeamento/ Levantamento de Informações 24

ii. Capacitação 25

b. Prevenção 27

i. Manutenção de Limites 27

ii. Vigilância Indígena e Monitoramento Territorial
em campo 30

c. Controle 31

i. Mediação de Conflitos e Sensibilização da
Vizinhança 32

ii. Fiscalização 32

4. Governança 33





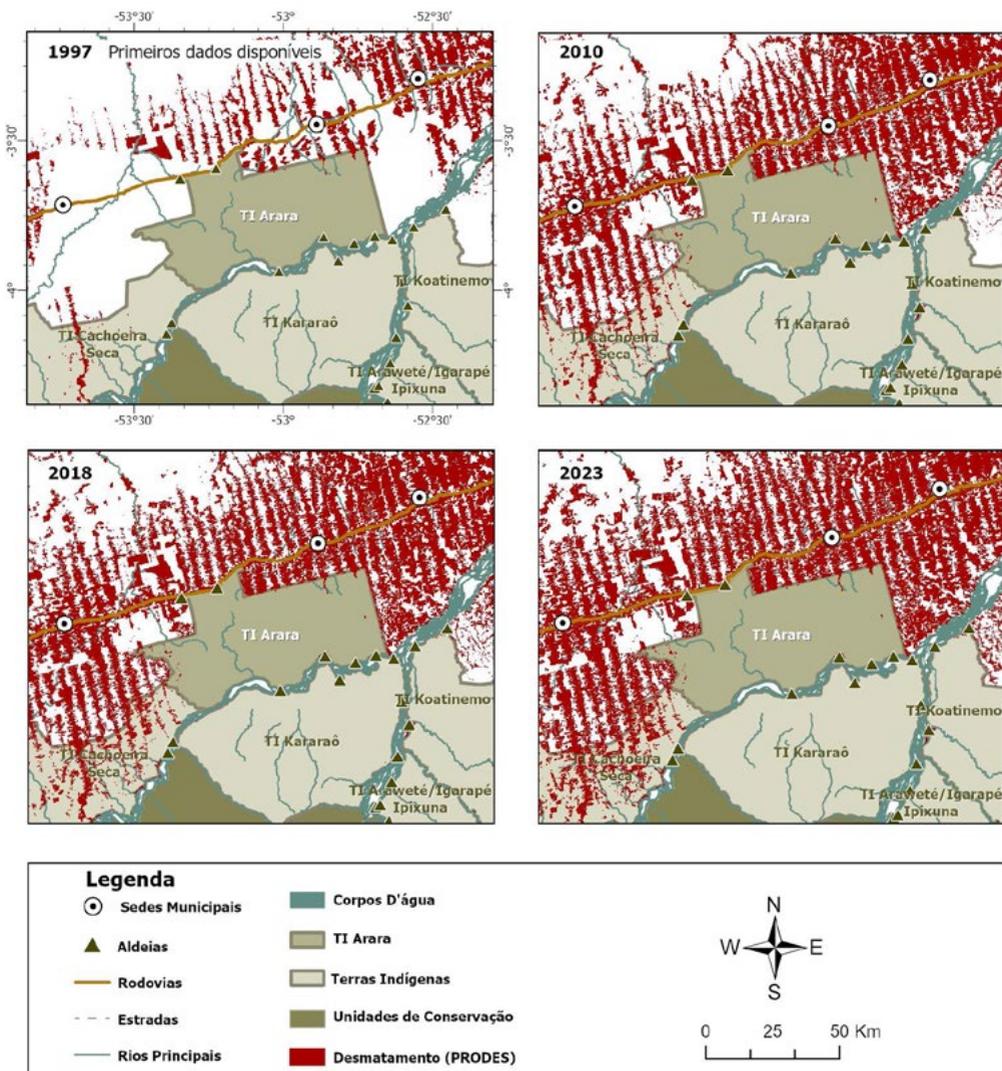
1. Introdução

Desde antes do contato com a sociedade *kareí* (não indígena) nós, povo Arara, temos defendido nosso território tradicional dos invasores. Com a demarcação da Terra Indígena Arara que aconteceu em 1978 e o posterior contato do nosso povo com os *kareí*, em 1983, nós Arara passamos a acompanhar a FUNAI na retirada de invasores do nosso território.



Mapa 1: Localização da Terra Indígena Arara.

Quando o IBAMA foi criado, anos mais tarde, em 1989, nós Arara também acompanhamos as operações do órgão no nosso território. Durante todos estes anos, o desmatamento aumentou muito no entorno da nossa Terra, mas a gente conseguiu manter nosso território quase intacto. Com a construção da UHE de Belo Monte a partir de 2010 e depois durante o governo Bolsonaro entre 2019 e 2022, o roubo de madeira e as tentativas de invasão aumentaram para níveis muito preocupantes. O mapa 2 demonstra o avanço do desmatamento pressionando a TI Arara no decorrer dos anos.



Mapa 2: Avanço do desmatamento no entorno da TI Arara.

Quando Belo Monte chegou, o governo prometeu que faria o Plano de Proteção Territorial do Médio Xingu (PPTMX) para prevenir e combater o avanço das diversas frentes de

ameaça às Terras Indígenas da região. Mas da maneira como o plano foi feito, o PPTMX apenas observava e registrava o que acontecia, sem ter poder para agir contra os crimes que ocorriam. Assim, mesmo com muito recurso sendo gasto no PPTMX, o roubo de madeira, a caça e a pesca ilegal e a até a pecuária ilegal aumentaram na nossa TI. Por este motivo, nós, povo Arara decidimos agir: não apenas temos denunciado a situação, como também fundamos as aldeias Aradó e Tagagem nos limites da TI com a rodovia Transamazônica (BR-230) para vigiarmos constantemente este limite. Também estamos realizando expedições periódicas a regiões mais afastadas da nossa Terra quando ficamos sabendo que alguma atividade ilícita está acontecendo.

O IBAMA hoje é um parceiro muito importante para nós. A partir das nossas denúncias, o órgão tem realizado operações em que apreende e destrói equipamentos dos madeireiros. Embora as ações dos Arara e do IBAMA sejam um golpe para os madeireiros, percebemos que elas não estão sendo suficientes para acabar com as atividades criminosas que afetam nosso território. Para que isso aconteça a atuação dos Arara e de seus parceiros têm que ser mais coordenada e frequente. Por este motivo, nos reunimos com o objetivo de organizar e planejar as ações de proteção territorial e coordená-las com a dos órgãos fiscalizadores para que as atividades criminosas que hoje ocorrem na TI Arara sejam finalmente controladas. O resultado desta reunião foi ***Oro'g éwapketpot ydega'g itobotpé*** - O Plano de Proteção Territorial da Terra Indígena Arara.



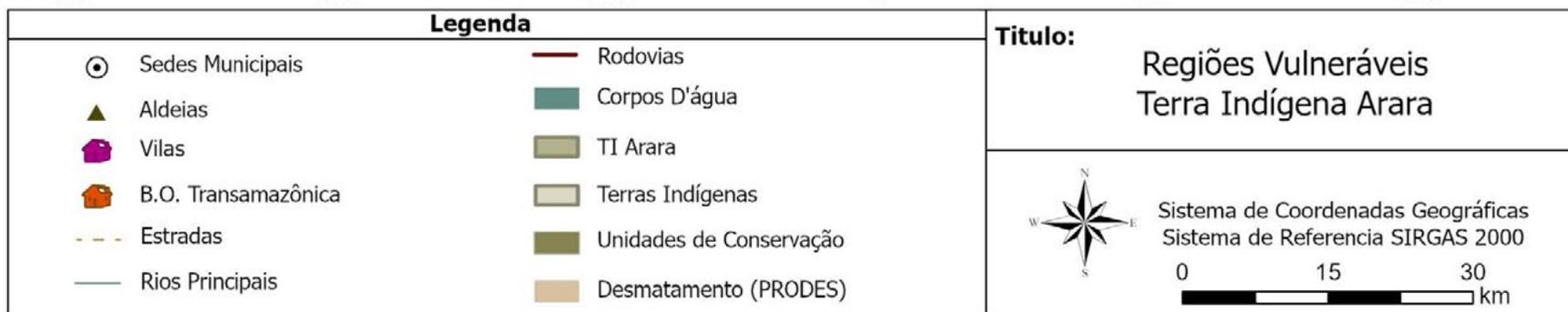
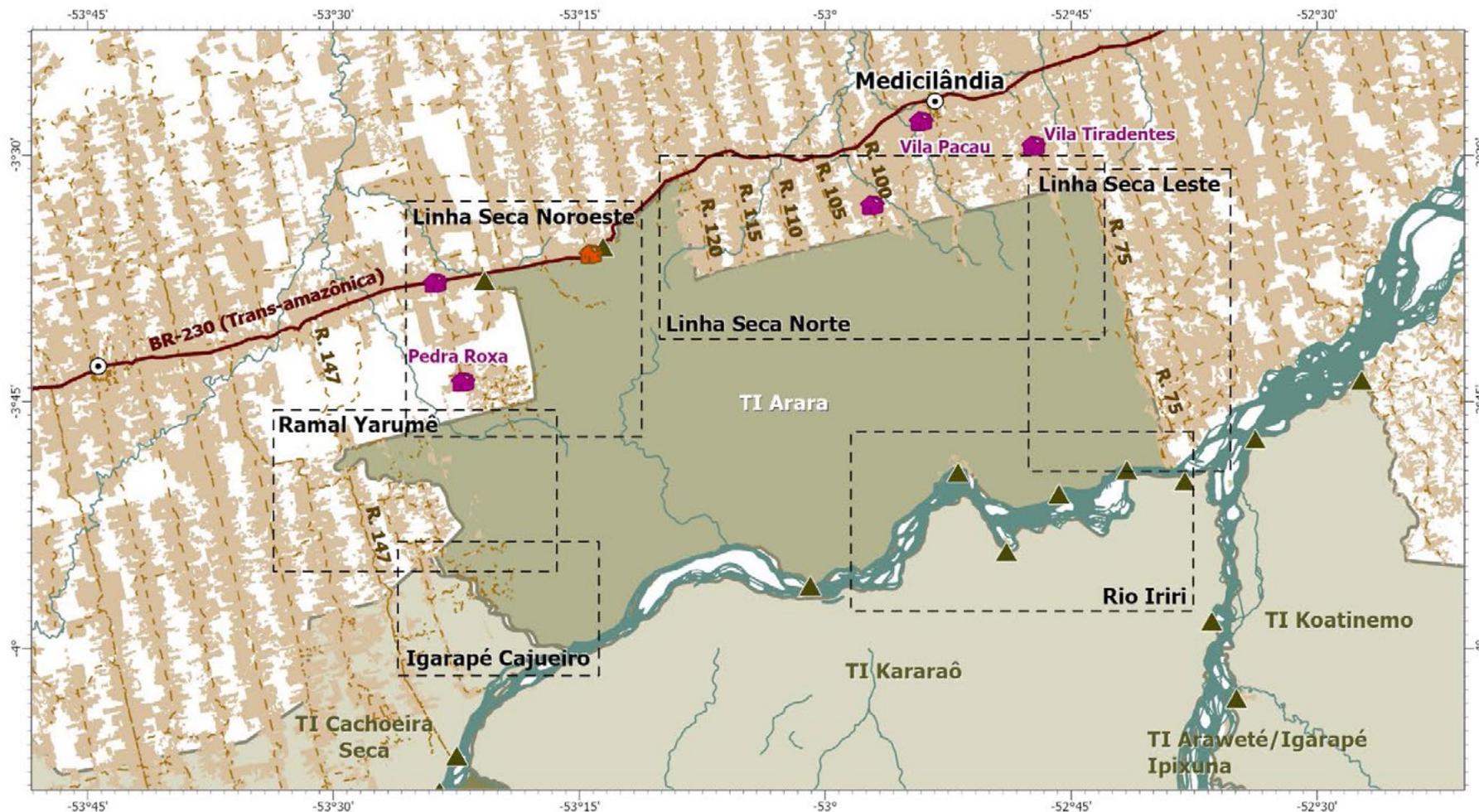
2. Frentes de invasão e problemas enfrentados

A Terra Indígena Arara tem enfrentado nos últimos anos diversas ameaças como o roubo de madeira, tentativas de invasão e grilagem, pecuária e pesca ilegal. Dentre esses, o roubo de madeira é o que acontece com mais frequência.

Os madeireiros têm invadido o território Arara em busca de madeiras de alto valor comercial, como o ipê, abrindo ramais por dentro da floresta nas zonas mais isoladas. Essas estradas ficam escondidas embaixo das árvores, o que dificulta sua identificação nas imagens de satélite utilizadas em monitoramentos, e o isolamento torna difícil a realização de operações de fiscalização frequentes.

Em face dos problemas enfrentados, em julho de 2024, ocorreu na aldeia Tagagem a primeira assembleia sobre proteção territorial da Terra Indígena Arara. A atividade contou com a presença dos nossos parceiros - FUNAI, IBAMA, ISA, Unyleya e PPTMX. A primeira atividade realizada durante essa reunião foi a consolidação das informações das diferentes fontes - dos Arara, do PPTMX, e do IBAMA - para elaboração de um mapa detalhado das ameaças presentes na TI Arara.





Mapa 3: Regiões de vulnerabilidade na TI Arara.

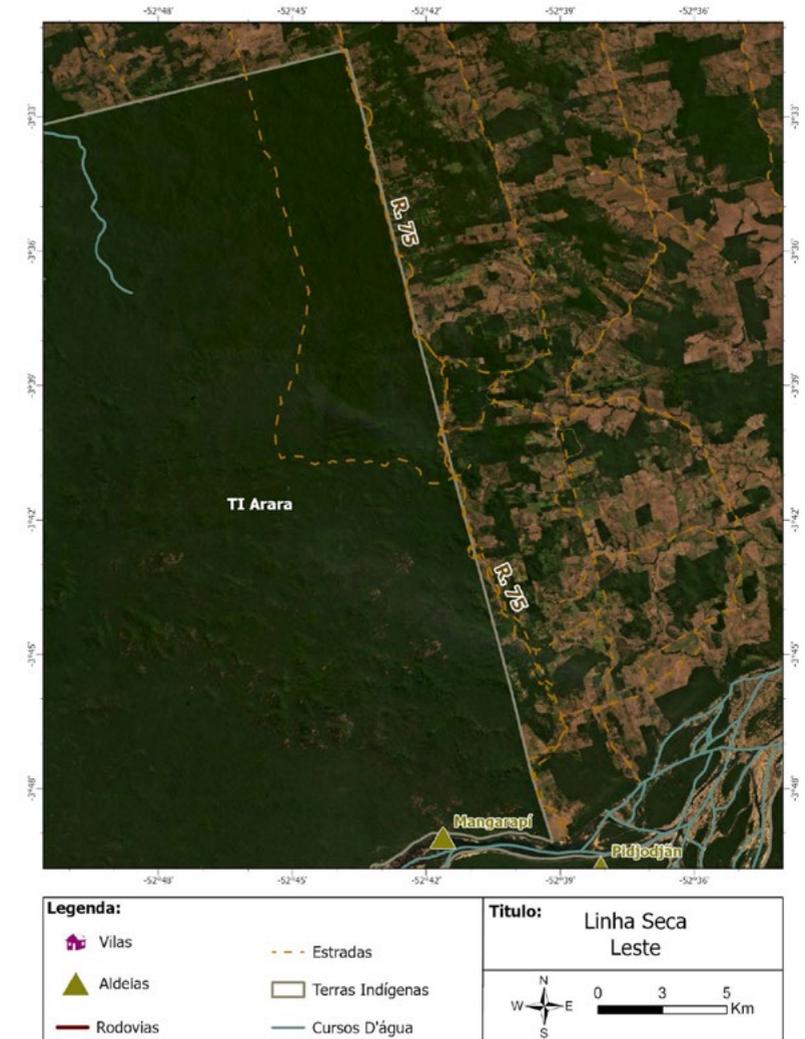
Durante a assembleia, foram identificadas as regiões mais sensíveis e vulneráveis na TI.

• **Linha seca nordeste | do km 75 ao 120**



No trecho entre os km 75 e 120 da transamazônica, a cada 5 km partem ramais que alcançam a TI Arara. Para esta região não há muita informação, mas sabemos que no ramal do km 120, onde se localizava a primeira aldeia Arara após o contato, não há roubo de madeira, pois o proprietário tem uma relação de amizade com os Arara. Em outros ramais, como o do km 100 e o do km 110, já ouvimos que há eventual roubo de madeira.

• **Linha seca leste | ramal km 75**



Esta linha seca é paralela ao ramal do km 75, que é um dos mais movimentados do município de Brasil Novo. Já houve invasões nessa região mas no momento tudo parece

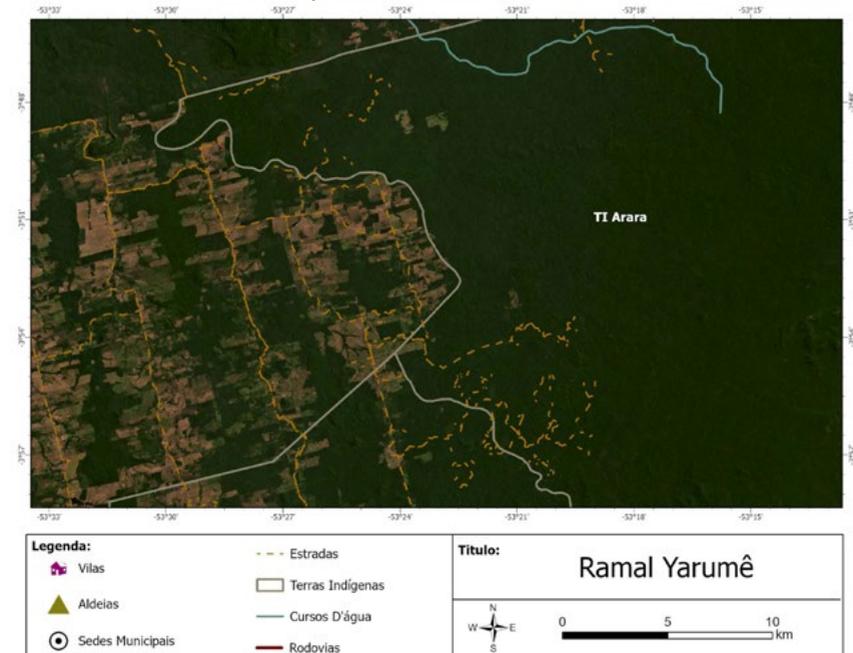
controlado. O alto fluxo da estrada coíbe em boa medida a ação dos madeireiros. Entretanto sabemos que caçadores invadem constantemente a área.

• **Linha seca noroeste**
| região da ocupação Pedra Roxa



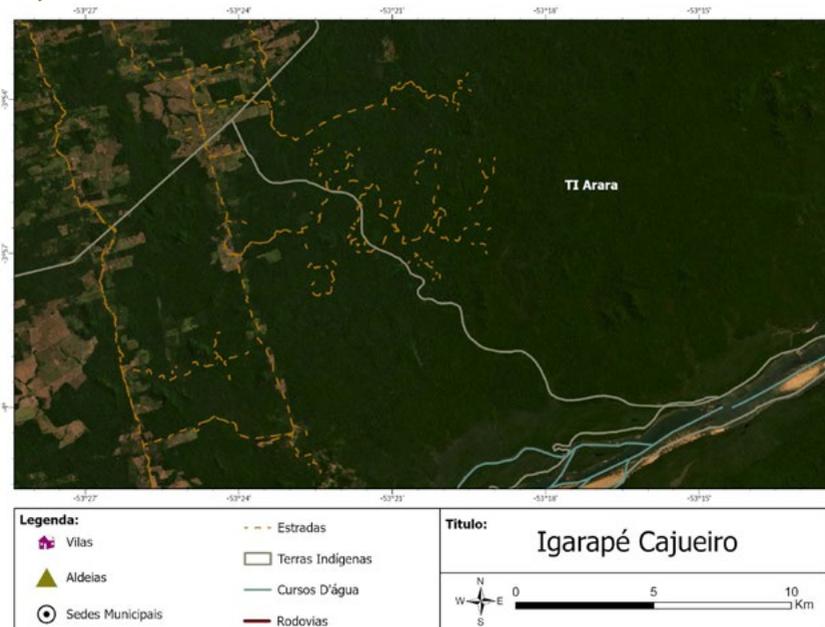
A região do Pedra Roxa contém uma ocupação de uma fazenda por pequenos agricultores, principalmente produtores de cacau, organizados numa associação que tem como finalidade buscar a legalização da ocupação. Boa parte desses posseiros mora na agrovila do km 140, vizinha da aldeia Tagagem. Os Arara têm relação com alguns deles, através da igreja evangélica que frequentam ou do comércio na agrovila do km 140. O acesso à região é pelo ramal que começa na agrovila e leva em torno de meia hora de veículo automotivo. A partir dessa região, foram abertos alguns ramais ilegais onde também ocorre o roubo de madeira.

• **Ramal Yarumê | km 155**



A área é acessada a partir do ramal do km 165 que bifurca e dá origem ao ramal km 155 que vai até a aldeia Yarumê da etnia Xipayá na Terra Indígena Cachoeira Seca. Aqui, ocorre o roubo de madeira mais intensamente. É a zona onde o IBAMA é mais ativo. São várias fazendas grandes no limite, inclusive algumas estão invadindo a TI. Foi avaliado que é uma zona de risco para os indígenas, devido a postura negativa dos fazendeiros.

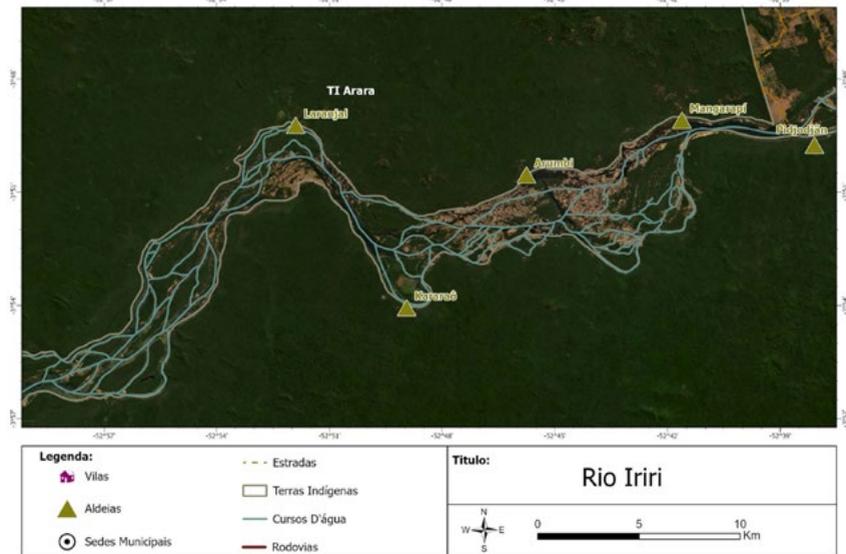
• **Igarapé Cajueiro**
| limite com a TI Cachoeira Seca



O Igarapé Cajueiro demarca o limite da TI Arara com a TI Cachoeira Seca. Nesta região, que não têm ocupações humanas próximas, ocorre intenso roubo de madeira. Esta

área é acessada pelos *karei* (não indígenas) por estradas ilegais que partem da TI Cachoeira Seca pelo Ramal do Yarumê. Nós, povo Arara, acessamos esta área através de expedições a pé. São 5 dias de caminhada, a partir da boca do Igarapé Cajueiro na beira do rio Iriri. O IBAMA nunca visitou esta área. Nós avaliamos esta região como de pouco risco, pois já realizamos com sucesso várias ações de combate ao roubo madeireiro.

• **Rio Iriri** | do limite da TI até o Largo do Souza



Entre o limite da TI Arara e o Largo do Souza ocorrem a **pesca e o turismo ilegal**, além da predação de tracajá e ovos da espécie pelos *karei*.



3. Estratégias de Proteção Territorial

Para enfrentar os desafios apresentados podemos adotar diferentes estratégias para combater efetivamente as ameaças nas diferentes regiões do território. E cada um dos nossos parceiros tem capacidade de apoiar estratégias específicas.

| Tipo de Atividade | | Atribuição |
|-------------------|--|---|
| Informação | Mapeamento/ Levantamento de Informações | Associação Ugoro'gmo Rede Xingu +(Sirad X) Funai (CMR) PPTMX |
| | Capacitação | ISA FUNAI Unileya |
| Prevenção | Manutenção de Limites | Associação Ugoro'gmo PPTMX |
| | Vigilância Indígena e Monitoramento Territorial em campo | Associação Ugoro'gmó PPTMX |
| Controle | Mediação de Conflito e Sensibilização da Vizinhança | IBAMA FUNAI |
| | Fiscalização | IBAMA FUNAI |

Cada atividade e suas estratégias de execução foram discutidas durante a assembleia e estão detalhadas a seguir.

a. Informação

i. Mapeamento / Levantamento de Informações

A Rede Xingu+ realiza uma rotina mensal de verificação de desmatamento e demais impactos ambientais em toda a bacia do Xingu, mediante o sistema denominado SIRAD X (Sistema de Indicação Radar de Desmatamento do Xingu). Este sistema permite a detecção de indícios de atividades criminais ambientais mesmo durante a estação chuvosa, em que há alta presença de cobertura de nuvens, o que se dá devido à tecnologia de radar utilizada no mapeamento. Em adição às imagens de radar, o sistema recebe apoio de imagens óticas de média/alta resolução, que permitem a identificação de alvos com mais detalhes.

De forma similar, a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) da Funai, departamento da Diretoria de Proteção Territorial, possui um centro de monitoramento remoto, o CMR, onde todas as Terra Indígenas da Amazônia Legal são monitoradas mensalmente.

Ambos sistemas produzem informações sobre indícios de ameaças e invasões às Terras Indígenas do Médio Xingu. Os dados que se referem às ameaças na TI Arara devem ser repassados para os Arara, para termos o conhecimento das pressões exercidas sobre nosso território e podermos encaminhar as denúncias para ações de controle e fiscalização dos órgãos competentes, ou para planejarmos as expedições de nossos guerreiros.

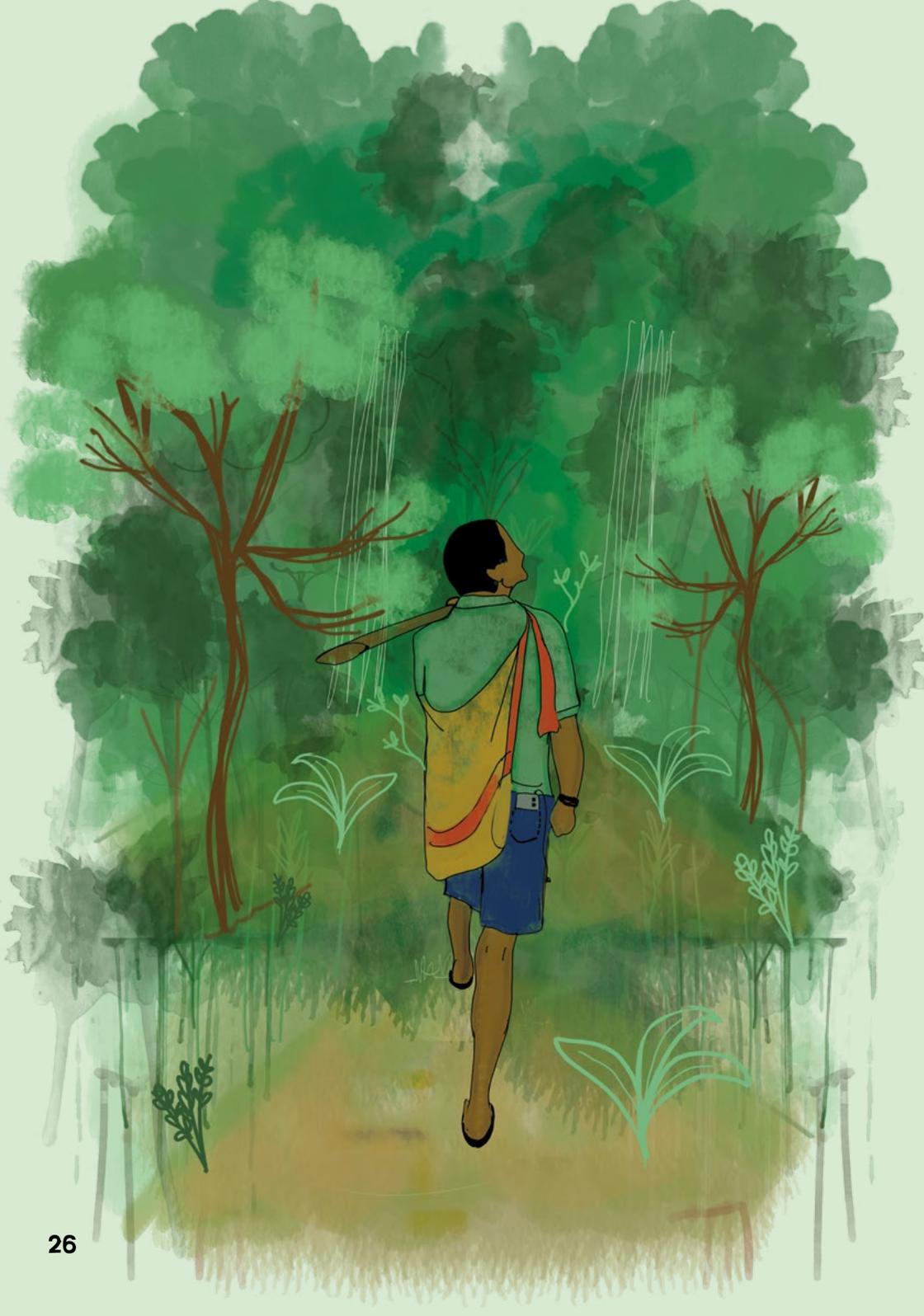


Anualmente, durante nossa assembleia de proteção, atualizaremos o mapa das ameaças que vai subsidiar o planejamento das nossas ações de proteção durante o período.

ii. Capacitação

Existe uma necessidade de capacitação contínua para que o povo Arara possa adotar os instrumentos tecnológicos para monitoramento da nossa área e em nossas expedições. Equipamentos como GPS, aplicativos de celular e drones, entre outras tecnologias que surgem constantemente.

Na assembleia anual sobre proteção estabeleceremos o planejamento e um cronograma das oficinas que serão realizadas com apoio de nossos parceiros.



b. Prevenção

Observando a situação da nossa vizinha Terra Indígena Cachoeira Seca, onde ocorrem muitas invasões e a situação está descontrolada, percebemos que ações de prevenção são fundamentais para a proteção de nosso Território. Tais ações vão desde a manutenção dos limites e marcos das divisas de nossa Terra Indígena, a expedições regulares para determinadas áreas, já que a frequente presença de indígenas numa área pode inibir a ação de criminosos. Para uma boa execução das estratégias de prevenção, é indispensável que além da atuação e participação dos indígenas, também participem os órgãos que possuem responsabilidades de proteção da integridade física de uma Terra Indígena, como o IBAMA e a FUNAI.

i. Manutenção de Limites

Há décadas nós Arara não visitamos os limites da linha seca do nosso território. Com o avanço do desmatamento no entorno, a primeira medida estratégica para proteção da TI Arara será a limpeza dos marcos físicos e o reavivamento das picadas que estão nas linhas secas além da instalação de placas oficiais nas divisas para melhor identificação dos limites da TI Arara, tanto pelos indígenas quanto pelos *karei*.

A realização de expedições para o reavivamento dos limites físicos da TI Arara também poderão ser aproveitadas para mapear onde estão os ramais por onde o roubo de madeira está acontecendo. Esta informação será encaminhada para o IBAMA que posteriormente poderá mapear os ramais carreadores de madeira dentro da TI. Também planejamos instalar câmeras armadilhas por estes ramais para registrar o fluxo do roubo da madeira.

A TI Arara tem 4 regiões de linha seca:

- **limite nordeste** - km 75 a 120.
- **limite noroeste** - km 139 a 155
- **Limite leste** - da transamazônica até a fazenda do Levi pelo ramal do km 75;
- **Limite oeste** - adjacente ao igarapé Cajueiro no limite da TI Cachoeira Seca

As expedições para limpeza dos marcos físicos em cada região poderão ser realizadas em um período médio de 10 dias e podem ser realizadas por indígenas com o apoio dos agentes do PPTMX. A equipe deve ser formada por, pelo menos, 6 indígenas de cada uma das 6 aldeias, totalizando 36 pessoas. Já para o reavivamento das picadas, será necessária a contratação de um topógrafo, além do apoio logístico da FUNAI. Uma expedição de limpeza de marcos deve ser realizada por ano.

O equipamento individual básico necessário para a realização destas expedições é o seguinte:

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA EXPEDIÇÃO:

- BOTA
- MEIA
- FACÃO COM BAINHA
- LIMA
- LANTERNA
- PILHA ALCALINA
- REDE
- CÂMERAS ARMADILHA
(30 UNIDADES)
- PERNEIRA
- FACA
- GARRAFA TÉRMICA 5L
- MOSQUITEIRO
- CORDA
- LONA
- MOCHILA
- PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA TI

Para viabilizar a participação dos nossos guerreiros nas expedições é importante ter um aporte financeiro como compensação das atividades que deixaram de fazer ao se dedicarem à proteção territorial. O apoio financeiro também garantirá o sustento das famílias, durante as expedições. O valor da diária a ser adotado poderá ser o mesmo utilizado pela FUNAI para colaboradores quando executa atividades similares.

Durante as expedições para limpeza dos marcos físicos é importante avaliar o estado das placas oficiais identificadoras dos limites, de forma a verificar quais precisam ser substituídas ou quais lugares precisam receber novas placas.

ii. Vigilância Indígena e Monitoramento Territorial em campo

A vigilância é o monitoramento do território realizado pelo grupo indígena que ali reside, podendo contar, ou não, com o apoio do Estado e parceiros. com o objetivo de proteger tanto o território quanto o meio ambiente das Terras Indígenas (TIs).

Essas atividades são essenciais para compreender o território, identificar seus principais problemas e acompanhar quaisquer mudanças no ambiente.

As ações de vigilância e proteção podem ser realizadas por meio de expedições (fluviais, terrestres ou aéreas) em áreas de pouco movimento ou que são menos conhecidas dentro das TIs, tornando-se mais vulneráveis a invasões. Também são realizadas em regiões próximas a invasões ou onde ocorrem atividades ilegais, como extração de madeira, garimpo, abertura de estradas, caça e roubo, com o intuito de coletar dados e registrar informações sobre essas situações.



c. Controle

As ações de controle, por outro lado, são reativas e envolvem o combate direto a atividades ilícitas que já estão ocorrendo pelos órgãos responsáveis. Algumas estratégias de contenção, envolvendo mediação de Conflitos e Sensibilização da Vizinhança no entorno da Terra Indígena, também podem ser consideradas ações de controle, nos casos quando já existem as invasões.

Para o caso da TI Arara identificamos duas ações a serem implementadas no controle das atividades ilegais que ocorrem no território. Elas estão descritas a seguir:

i. Mediação de Conflitos e Sensibilização da Vizinhança

Quando ocorrem invasões em uma Terra Indígena que têm como origem as vilas e comunidades do entorno, a mediação de conflitos, bem como a sensibilização da vizinhança, pode cumprir papel relevante na proteção territorial.

Essa estratégia requer a atuação dos órgãos públicos para explicar e conscientizar os moradores dessas comunidades sobre a importância da proteção das Terras Indígenas, sua função ambiental, e sobre a gravidade dos ilícitos que ameacem a integridade física desses territórios. As consequências e respectivas penalizações das atividades ilegais precisam ser evidenciadas, como também a responsabilidade dos donos das propriedades, localizadas exatamente nas divisas de uma Terra Indígena, em viabilizar o acesso de madeireiros, garimpeiros e grileiros, via ramais ilegais.

ii. Fiscalização

A fiscalização é uma obrigação do Estado, que deve aplicar normas jurídicas relacionadas à proteção das Terras Indígenas, o que pode envolver medidas de repressão e uso da força. Os órgãos responsáveis devem realizar operações de fiscalização com regularidade, destruir todo maquinário e infraestrutura utilizada para descapitalizar a atividade ilícita e impedir a sua continuidade.



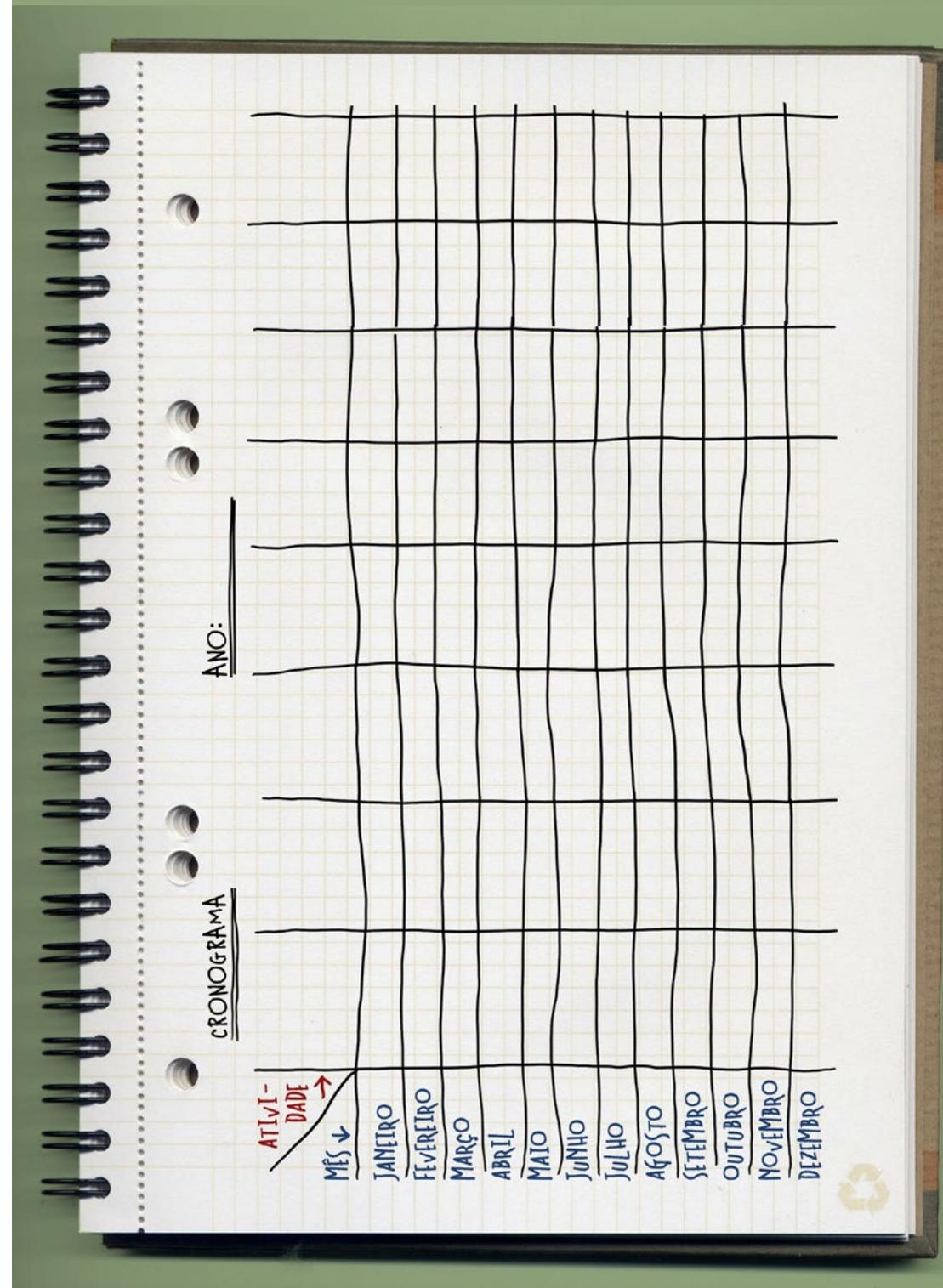
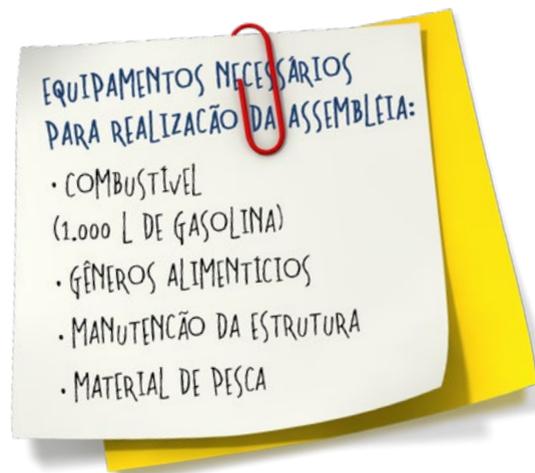
4. Governança

Uma assembleia anual, realizada no final do inverno, durante o mês de maio, é o espaço onde representantes de todas as aldeias discutem o resultado das ações do ano anterior e as atualizações do mapa das ameaças. A partir disso são planejadas as ações para o próximo ciclo, como as formações e expedições que devem ocorrer durante o ano e as escalas da vigilância pesqueira.

Na assembleia serão decididas as ações prioritárias, o período em que serão realizadas e o material e equipamento necessários para sua realização.

As ações anuais do Plano de Proteção são sistematizadas no documento “Diagnóstico e Planejamento” produzido durante a Assembleia de Proteção.

Para a realização da Assembleia de Proteção Territorial do Povo Arara é necessário combustível para o deslocamento dos moradores de todas as aldeias, além de gêneros alimentícios e material de apoio para pesca e manutenção das estruturas de alojamento coletivo.



CRONOGRAMA

ANO: _____

ATIVI-
DADE →

MÊS ↓

JANEIRO

FEBREIRO

MARÇO

ABRIL

MAIO

JUNHO

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO

